

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.952 - SP (2019/0295588-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS APARECIDO RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCOS APARECIDO RIBEIRO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 7003772-57.2018.8.26.0344).

Segundo os autos, o paciente "*cumpria pena carcerária em regime semiaberto quando foi novamente condenado pela prática de outro delito, cuja reprimenda foi substituída por restritivas de direitos*" (e-STJ fl. 15). Ao proceder a unificação das penas do reeducando, o Juízo das execuções penais determinou a conversão dessas reprimendas em pena privativa de liberdade, sob o argumento de não haver compatibilidade com o regime prisional em que se encontrava o agente.

Irresignada, a defesa interpôs recurso na origem. Contudo, a Corte *a quo* negou provimento ao referido intento recursal em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 14):

Agravado em Execução Penal - Recurso defensivo que visa restabelecer penas restritivas de direitos impostas ao agravante, convertidas em privativa de liberdade em face de unificação das diversas penas atribuídas a ele, que se encontra atualmente cumprindo pena corporal em regime semiaberto - Recurso desprovido.

No presente *habeas corpus*, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo sustenta que "*a condenação à pena restritiva deu-se posteriormente ao início do cumprimento da pena privativa de liberdade. Neste caso não se justifica a reconversão pleiteada, tendo em vista não estar presente a hipótese prevista nos arts. 44, § 5º do*

Superior Tribunal de Justiça

Código Penal e 181, § 1º da LEP, devendo ser aplicado o art. 76 do Código Penal. Isto porque [tais dispositivos] somente aplicam-se à hipótese em que, no curso da execução da pena restritiva de direitos sobrevém condenação à pena privativa de liberdade. Assim, o pressuposto essencial da reconversão é que a pena restritiva esteja sendo executada quando o sentenciado sofre nova condenação à pena privativa" (e-STJ fls. 4/5).

Diante disso, requer "*seja recebida e processada a presente ordem, sob o efeito da liminar, sustando-se a conversão da pena restritiva de direitos imposta ao paciente em pena privativa de liberdade [...], para, ao final, seja CASSADO O JULGADO DO AGRAVO EM EXECUÇÃO pelo TRIBUNAL-COATOR, sustando-se a conversão da pena restritiva de direitos imposta ao paciente em pena privativa de liberdade, postergando-se o cumprimento da pena restritiva de direitos para período subsequente ao cumprimento da pena privativa de liberdade*" (e-STJ fl. 12).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Nesse sentido: AgRg no HC n. 381.235/MG, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 27/3/2018 e AgRg no REsp n. 1794030/MG, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 6/6/2019, DJe 13/6/2019.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar.**

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente *writ*, ressaltando-se que esta

Superior Tribunal de Justiça

Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta impetração.

Proceda-se à intimação da Defensoria Pública estadual para trazer aos autos cópia da decisão de primeiro grau objeto do Agravo de Execução Penal n. 7003772-57.2018.8.26.0344.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Antonio Saldanha Palheiro

Relator